

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS.

RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

GP TRADE COMPANY ELETRÔNICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 18.476.3419/0001-60, sediada na Avenida Avenida Eldes Scherrer Souza, 2230 – Sala 215, Bairro Colina de Laranjeiras – Serra/ES CEP: 29.167-080, por intermédio de seu representante legal o Senhor Eu, ÉLCIO FERREIRA PENTEADO, CPF 840.558.049-20, seu sócio administrador devidamente constituído, vem perante Vossa Senhoria, apresentar RECURSO, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

I - DA TEMPESTIVIDADE

As normas supracitadas dispõem que é concedido ao licitante o prazo de 03 dias para apresentação de recurso. A Recorrente recebeu a notificação sobre a interposição do recurso no dia 20/12/2021, logo as contrarrazões são tempestivas pelo seu prazo findar no dia 23/12/2021.

Devidamente comprovada a tempestividade, requer o recebimento das presentes contrarrazões para seu devido processamento e apreciação legal.

II - DOS FATOS E DO DIREITO

Trata-se de licitação pública na modalidade pregão eletrônico com critério de julgamento menor preço por item, para eventual e futura aquisição peças, insumos, ferramentas e outros materiais para suporte aos equipamentos e infraestrutura de TIC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS, publicou edital de licitação nº 25/2021, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, objetivando o aquisição de equipamento de TI e no*-breaks de acordo com as especificações técnicas e demais condições contidas no termo de referência (Anexo 1), sendo dividida a aquisição do item: 28 – 200 nobreak de 1200VA.

A RECORRENTE cumpriu todas as normas atinentes ao edital, bem como o envio do folder e informações técnicas do equipamento em questão, contudo a digna comissão de licitação resolveu por não aceitar o equipamento, por questões técnicas, contudo foi desclassificada, mesmo após a RECORRENTE tendo explicado detalhes sobre o equipamento, visto que o mesmo foi ofertado com duas baterias de 12V 7AH, o que proporcionará uma maior autonomia e que o equipamento tem seu fator de potência de 0,5, visto que é de 1200VA e 600W, cremos que houve uma equívoco de fácil resolução, o equipamento ofertado possui dois modelos, com duas e uma bateria, o que deve ter confundido a equipe técnica que orienta a comissão de licitação. Informamos que o produto ofertado por nossa empresa contém duas bateria de 12V 7AH e fator de potência de 0,5, ou seja 1200VA e 600W.

Visto que a digna comissão pode rever seus atos, conforme prevê a sumula 473 do STF, vejamos:

A Administração Pública, por meio de seus gestores, sempre poderá rever seus atos. É o poder-dever de autotutela dos atos administrativos, preconizado pela Súmula STF n. 473.

Solicitamos que o item não seja cancelado e que o mesmo volte para ser revisado afim de que possamos enviar nossa proposta final ajustada, uma vez que cumpre todos os requisito do termo de referência do edital.

DOS PEDIDOS

Receber o recurso de forma tempestiva, ao final, seja dado provimento ao recurso.

Nestes termos pede deferimento.

Serra-ES, 23 de Dezembro de 2021.

GP TRADE COMPANY ELETRÔNICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ nº 18.476.3419/0001-60
ÉLCIO FERREIRA PENTEADO
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF Nº 840.558.049-20

Fechar